

30/08/1985

Sarney, os paulistas e a sucessão

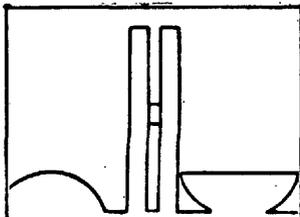
JORNAL DO BRASIL

30 AGO 1985

Luiz Orlando Carneiro

NA manhã da segunda-feira, quando souberam que o Ministro Francisco Dornelles já estava demissionário, dois dos principais assessores do Presidente Sarney escreveram, cada um num pedaço de papel, o nome de quem seria, a seu ver, o novo Ministro da Fazenda. Fecharam os papeluchos e os deixaram com um fiel depositário. Anunciado, à tarde, o nome do novo Ministro, os papeluchos foram abertos. Não deu outra. Em ambos estava escrito: Dilson Funaro.

O episódio foi narrado por um desses assessores que, como outras pessoas do círculo mais íntimo do Presidente, procuram reduzir às suas devidas proporções o peso da influência do Governador e do PMDB de São Paulo na escolha do substituto de Dornelles e, como um todo, no próprio Governo da República. Segundo eles, Sarney não nomeou o até então presidente do BNDES (desta vez) por ser paulista ou por indicação do PMDB. Embora não se negue que o partido majoritário quisesse a cabeça do monetarista Dornelles, preferindo o "estruturalista" Funaro, o Presidente Sarney escolheu para o cargo, entre os que estavam na sua cabeça, aquele que mais conhecia, com quem tem mais intimidade e em quem deposita mais confiança.



Coisas da política

A tróica encarregada agora por Sarney de pensar e operar a política econômico-financeira de seu governo é, sem dúvida, paulista. Mas, com exceção do Ministro do Planejamento — indicado pelo PMDB de São Paulo a Tancredo Neves para contrabalançar a força que Dornelles deveria ter no governo do falecido Presidente —, o atual Ministro da Fazenda e o assessor especial Luís Paulo Rosenberg não estão ao lado de Sarney por serem paulistas. Se Funaro foi levado ao BNDES pelo Governador Franco Montoro, não se pode esquecer que foi secretário do ex-Governador Abreu Sodré, outro paulista amigo e confidente do Presidente. O economista Rosenberg, que trabalhou com Delfim Neto, foi para Sarney uma grata descoberta proporcionada por mais outro amigo, o empresário Mathias Machline.

Também não se pode contar como paulista, engajado na promoção da candidatura do Governador Franco Montoro à sucessão de Sarney, o Ministro Roberto Gusmão, cuja personalidade forte e desdém com relação a riscos têm causado dores de cabeça ao Presidente da República. Gusmão — que aliás nasceu em Minas — era muito mais "homem de Tancredo" do que de Franco Montoro, apesar de ter sido do secretariado do atual Governador de São Paulo. A escalada gradual de Sarney em busca de um governo com sua "cara" começou com a escolha de seu gabinete especial (Rosenberg, Célio Borja, Rubens Ricúpero, Luís Gutemberg) e, antes de atingir o Ministro Dornelles, passou pelo Ministério da Indústria e do Comércio. O Presidente não só travou a extinção imediata do IAA, como não deu sinal de que pretendia (como queria Gusmão) fechar o IBC. Muito pelo contrário. Trouxe de Bogotá, para substituir o paranaense

Karlos Rischbieter, outro homem de sua confiança, o Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que não é paulista, é mineiro, nem foi indicado pela Frente Liberal ou pelo PMDB.

Se não se discute que o Presidente Sarney usou com determinação sua autoridade no episódio da demissão daquele que deveria ser o principal ministro de Tancredo Neves, o Chefe de Governo, por outro lado, não terá mais nenhum álibi para se livrar de críticas que até então podia minimizar, alegando ter herdado um ministério de conveniências, sem unidade de pensamento e ação no seu setor mais problemático e sensível — o econômico-financeiro.

No Governo Figueiredo, o Ministro da Fazenda era considerado um simples caixa da grande caixa que é o Tesouro Nacional, cujo "dono" era o Ministro Delfim Neto. Ainda no início de seu Governo, Sarney deu a impressão de que esvaziaria o Planejamento, passando para o Ministério da Fazenda a CIP, a SEAP, a SUNAB, a Secretária Central de Controle Interno (Secin) e a Comissão de Coordenação de Controle Interno (Intercon). Apesar de ter nas mãos todos esses instrumentos de controle de que não abria mão o ex-Ministro Delfim Neto, o ex-Ministro Dornelles não teve sustentação política para vencer o discreto charme do Ministro João Sayad. Nem o processo de erosão que começou dentro do Palácio do Planalto, quando o Presidente foi surpreendido, assistindo ao jornal da televisão na sua suíte do Hotel Glória, com a nova tabela de imposto de renda divulgada pelo ministro que chegou sábado de Paris, trazendo debaixo do braço o acordo fechado com os bancos credores e acertado com o FMI.

O Presidente Sarney arrumou a casa à sua maneira,

mas tanto ele como o novo Ministro da Fazenda foram enfáticos ao afirmar que o combate à inflação continua a ser a prioridade número um. O Presidente está se sentindo mais à vontade com a atual tróica que, como os três mosqueteiros, tem um quarto membro, o presidente do Banco Central, o até então vice-presidente de operações internacionais do Bradesco, Fernão Bracher. A escolha de Bracher parece ter acalmado a área internacional, num momento em que empresas multinacionais estavam fechando seus balanços, estimando para o ano que vem uma inflação superior a 300%.

"A questão — disse o Ministro Funaro em seu discurso de posse — não é de escola, mas de competência. O Estado tem que ser competente".

Enquanto se discute se o Governador Franco Montoro (que terá 72 anos em 1988) ganhou uma batalha na caminhada que acalenta em direção ao Planalto, ou se a vitória do Senador Fernando Henrique Cardoso em São Paulo será uma catapulta para os seus anseios presidenciais, o Presidente Sarney demonstra preocupação de, através da unidade e da coesão, tornar mais competente seu ministério. Só assim — e ele gosta de repetir que seu negócio sempre foi política — poderá vencer o inimigo que tem agora (a inflação), a fim de se preparar para influir na sua sucessão. No momento, o único candidato forte e inamovível à Presidência é o Governador Leonel Brizola. O episódio Dornelles (que valeu por uma reforma ministerial) está longe de garantir a São Paulo o direito à sucessão do atual Presidente.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília.